Boletim Paulista de Geografia

AGB SÃO PAULO DESDE 1934

Dossiê
Geografia e Marxismo

Geografia e teoria da crise em três recortes sobre o conceito de fronteira

Ariel Machado Godinho

Universidade de São Paulo (USP)
São Paulo, São Paulo, Brasil.
ariel.machado@usp.br



Boletim Paulista de Geografia

Ano: 2026

N°: 116

Este trabalho está licenciado com uma Licença Creative Commons - Atribuição 4.0 Internacional.

Geografia e teoria da crise em três recortes sobre o conceito de fronteira

Resumo

O presente artigo examina as articulações entre a Geografia, a teoria marxiana da crise e suas interpretações posteriores por parte do marxismo, analisadas a partir de três recortes mobilizados pelo conceito de fronteira. O primeiro recorte revisita a fronteira nos geógrafos da "frente pioneira", com destaque à imagem da fronteira como laboratório e ao papel da ciência geográfica nos processos de colonização dirigida do início do século XX, aproximando-se da relação entre expansão geográfica e as crises do capital. O segundo recorte dedica-se ao deslocamento histórico do sentido da fronteira como diferenciação interna do espaço geográfico na escala urbana, atrelado à interpretação do ambiente construído como circuito secundário do capital e meio de absorção de excedentes, bem como aos limites da teoria marxista da sobreacumulação. O terceiro recorte demarca criticamente a reatualização da fronteira como extraterritorialidade, em diálogo com as interpretações acerca de uma reposição da acumulação primitiva ou colonização de nova sorte que tem orientado as leituras das dinâmicas contemporâneas de reprodução do capital em crise. Embora revestidos de certa autonomia, os três recortes sobre o conceito de fronteira relacionam-se a uma mesma interpretação da teoria da crise em Marx, permitindo identificar limitações teóricas desdobradas ou mesmo reiterativas de sua predominância nas interlocuções entre Geografia e marxismo.

Palavras-chave: Fronteira; Teoria da crise; Geografia; Marxismo.

Geography and crisis theory in three cuts on the concept of frontier

Abstract

The present article examines the articulations between Geography, the Marxian crisis theory, and its subsequent interpretations within Marxism, analyzed through three cuts mobilized by the concept of frontier. The first cut revisits the frontier in the geographers of the "pioneer fringe," highlighting the image of the frontier as a laboratory and the role of geographical science in the state-directed colonization processes of the early twentieth century, approaching the relationship between geographical expansion and the crises of capital. The second cut is dedicated to the historical displacement of the meaning of the frontier as internal differentiation of geographical space at the urban scale, tied to the interpretation of the built environment as the secondary circuit of capital and as a means of absorbing surpluses, as well as to the limits of the Marxist theory of overaccumulation. The third cut critically demarcates the re-actualization of the frontier as extraterritoriality, in dialogue with interpretations concerning a reinstatement of primitive accumulation or a new kind of colonization that has oriented readings of the contemporary dynamics of capital reproduction in crisis. Although endowed with a certain autonomy, the three cuts on the concept of frontier relate to the same interpretation of Marx's crisis theory, allowing the identification of theoretical limitations unfolded from or even reiterative of its predominance in the interlocutions between Geography and Marxism.

Keywords: Frontier; Crisis theory; Geography; Marxism.

Geografía y teoría de la crisis en tres recortes sobre el concepto de frontera

Resumen

El presente artículo examina las articulaciones entre la Geografía, la teoría marxiana de la crisis y sus interpretaciones posteriores por parte del marxismo, analizadas a partir de tres recortes movilizados por el concepto de frontera. El primer recorte revisita la frontera en los geógrafos de la "frente pionera", con destaque a la imagen de la frontera como laboratorio y al papel de la ciencia geográfica en los procesos de colonización dirigida de comienzos del siglo XX, aproximándose a la relación entre expansión geográfica y las crisis del capital. El segundo recorte se dedica al desplazamiento histórico del sentido de la frontera como diferenciación interna del espacio geográfico a escala urbana, vinculado a la interpretación del ambiente construido como circuito secundario del capital y medio de absorción de excedentes, así como a los límites de la teoría marxista de la sobreacumulación. El tercer recorte demarca críticamente la reactualización de la frontera como extraterritorialidad, en diálogo con las interpretaciones acerca de una reposición de la acumulación primitiva o de una colonización de nueva suerte que ha orientado las lecturas de las dinámicas contemporáneas de reproducción del capital en crisis. Aunque revestidos de cierta autonomía, los tres recortes sobre el concepto de frontera se relacionan con una misma interpretación de la teoría de la crisis en Marx, permitiendo identificar limitaciones teóricas desdobladas o incluso reiterativas de su predominancia en las interlocuciones entre Geografía y marxismo.

Palabras-clave: Frontera; Teoría de la crisis; Geografía; Marxismo.

Introdução

A emergência da crise como tema transversal à Geografia e a aproximação de certa geração de geógrafos aos debates travados no interior do marxismo conformam dois eixos fundamentais do que foi interpretado como o movimento de renovação crítica da Geografia no Brasil. Tal movimento se consolidou sobretudo a partir do final da década de 1970, com destaque para o papel desempenhado pela Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB) (Santos, 1981; Silva, 1984; Moreira, 2000). Guardadas as devidas diferenças, processo semelhante transcorreu na Geografia anglo-saxã na mesma época, conformando uma vertente marxista capaz de fazer frente, por exemplo, à quantificação reivindicada pela *New Geography* (Peet, 1977; Soja, 1993).

Caberia questionar em que medida a aproximação entre Geografia e marxismo, impulsionada pelo diagnóstico de crise da Geografia como disciplina parcelar, se relaciona com a crise de acumulação do capital e sua efetivação, recuperando Seabra (1981), como "crise econômico-social".[1] Nos parece possível afirmar, contudo, que tal aproximação consolidou pontos de contato entre a Geografia, a teoria da crise em Marx e suas interpretações por parte do marxismo, aqui demarcados a partir de três recortes mobilizados pelo conceito de fronteira.[2]

Como primeiro recorte, recuperamos o sentido da fronteira nos trabalhos dos geógrafos vinculados à chamada "frente pioneira", inseridos nos processos coetâneos de modernização nacional e de institucionalização da Geografia no Brasil. Sob a influência do pioneirismo, tanto Pierre Monbeig (1984) quanto Leo Waibel (1958) circunscrevem a fronteira como uma espécie de laboratório, conferindo à ciência geográfica papel decisivo nas políticas de colonização dirigida da primeira metade do século XX. A "imagem científica" da fronteira aproxima-se, em certa medida, da tese de Harvey (2005) sobre as possibilidades de um

[1] "Enquanto crise com um fundamento econômico permanece como essencialmente social [...], na medida em que o capital e sua acumulação são produtos de relações sociais particulares. Sendo assim, poder-se-ia supor ou concluir que o conhecimento do espaço pouco, ou melhor, nada teria a ver de significativo com o problema. Parece-nos que tal afirmação se sustenta em um equívoco proveniente de concepções inerentes ou atribuíveis à ciência geográfica que, explícita ou implicitamente, se refere ainda ao espaço (geográfico) enquanto espaço natural ou espaço natural transformado, tecnicamente, pelos agrupamentos humanos e não como o produto interno de uma estrutura social." (Seabra, 1981, p. 167).

[2] O recurso à noção de recorte faz referência à interpretação da teoria marxista da crise apresentada por Harvey (2013), uma vez que esta informa nossa argumentação ao longo das três seções principais.

ajuste espacial e do problema da expansão geográfica como "solução externa" frente às crises do capital, reencontrando a crítica de Marx (1984a) aos teóricos da colonização sistemática.

O segundo recorte acompanha as elaborações de Smith (2007) acerca de um deslocamento histórico do sentido da fronteira, passando da forma predominante da expansão geográfica absoluta à diferenciação interna do espaço geográfico na escala urbana. A noção de fronteira urbana, por sua vez, é remetida à interpretação de Harvey (1985, 2013) do ambiente construído como circuito secundário do capital, concebido como meio de adiar ou solucionar temporariamente as crises por meio da absorção do capital excedente. Essa perspectiva pode ser confrontada a partir da crítica de Kurz (2014) aos limites de uma teoria da sobreacumulação que, desenvolvida no âmbito do marxismo, teria perdido de vista a contradição fundamental entre valorização do valor e desenvolvimento material das forças produtivas, expressa no aumento da composição orgânica do capital e, consequentemente, na expulsão do trabalho vivo do processo produtivo (Marx, 1984b).

A reatualização da fronteira como "solução externa", conforme anunciada pelo terceiro recorte, permite dialogar com as interpretações acerca de uma reposição da acumulação primitiva ou de uma colonização de nova sorte, frequentemente amparadas pela ideia de acumulação por espoliação que estrutura o "novo imperialismo" de Harvey (2004). Largamente difundida dentro e fora da Geografia, a chave de interpretação fornecida por Harvey pode ser localizada em elaborações como a de Robira (2005), tratando dos "territórios-reserva", e a de Graham (2016) sobre um "novo urbanismo militar". A partir da crítica de Scholz (2019) a uma espécie de "teorema da colonização" que baliza diferentes leituras das dinâmicas contemporâneas de reprodução do capital, é possível tensionar o sentido da fronteira como extraterritorialidade ativamente produzida, mais uma vez atado às interpretações da crise circunscritas ao problema da realização de excedentes.

Embora operados conceitualmente de modo independente e revestidos de certa autonomia, os três recortes revelam-se decisivamente relacionados na medida em que partilham determinada interpretação da teoria da crise, expressando sua predominância relativa nas interlocuções entre a Geografia e o marxismo.

Expansão geográfica e a fronteira como laboratório

O primeiro sentido de fronteira que nos interessa recuperar é aquele atribuído por Martins (2009) aos geógrafos da "frente pioneira". De acordo com o autor, estes ocuparam-se de "uma das faces da reprodução ampliada do capital: a sua reprodução extensiva e territorial", com destaque à "proliferação de companhias de terras e negócios imobiliários nas áreas de fronteira em que a expansão assume essa forma" (ibidem, p. 137).

Comentando os trabalhos de Pierre Monbeig e de Leo Waibel, a leitura de Martins nos permite situar tal sentido de fronteira sob o quadro de institucionalização da Geografia no Brasil a partir da década de 1930.[3] Monbeig é um dos principais nomes da missão francesa da Universidade de São Paulo, ocupando a cadeira de Geografia da Faculdade de Filosofia, Ciência e Letras (FFCL) entre 1935 e 1946. A noção de "franja pioneira" conforma a interpretação do geógrafo acerca da expansão da cafeicultura em direção ao oeste de São Paulo e norte do Paraná, estabelecida em tensão com o método das monografias regionais (Monbeig, 1984).

De acordo com Théry (1991), a preferência pela *frange pionnière* resulta sobretudo da preocupação em evitar a interpretação da fronteira como uma linha contínua e sua explicação a partir da ação voluntária dos "pioneiros". Ao contrário, a franja pioneira é caracterizada por uma "progressão mais ou menos rápida em que passamos de áreas organizadas para aquelas em vias de organização", uma "zona imprecisa separando brancos e índios, natureza bruta e natureza civilizada" (Monbeig, 1966, p. 974-980 apud Théry, 1991, p. 81).

Em *Pionniers et planteurs de l'État de São Paulo*, a terminologia é atribuída à Isaiah Bowman, relacionada ao dinamismo, irregularidade e instabilidade da fronteira:

> O avanço do povoamento está longe de ter o aspecto de um *front* contínuo que se pudesse balizar cuidadosa e regularmente. Trata-se mais de incursões de grupos numerosos difíceis de localizar. É, portanto, melhor falar, como Isaiah Bowman, em "franja pioneira", *expressão um tanto vaga, mas que convém melhor a esta região instável e incerta* [...]. *É uma fronteira que progride irregularmente e em direções confusas*. (Monbeig, 1984, p. 165, grifos nossos).

[3] "[...] tanto Monbeig quanto Waibel mostraram claramente que na frente pioneira o capital se torna proprietário de terra, recria no terreno os mecanismos da sua reprodução ampliada. [...] Essa expansão territorial traz para a própria fronteira a infraestrutura da reprodução capitalista do capital: o mercado de produtos e de força de trabalho e com ele as instituições que regulam o princípio da contratualidade das relações sociais, que é o que caracteriza a sociedade moderna. O mercado se constitui na mediação essencial que dá sentido ao processo de ocupação do território." (Martins, 2009, p. 157).

Nogueira (2013) localiza a influência do pioneirismo nos circuitos da Geografia francesa ainda no início da década de 1930, com destaque ao programa de estudos conduzido por Bowman no âmbito da American Geographical Society (AGS) e da Union Géographique Internationale (UGI) (cf. Demangeon, 1932; Robic, 2006). Segundo o autor, soma-se à tradução terminológica das franjas pioneiras o enquadramento destas como "regiões laboratório" (Nogueira, 2013, p. 232).

A esse respeito, é significativo um dos ensaios sobre São Paulo escritos ainda nos primeiros anos de Monbeig (1940) no Brasil.[4] A franja pioneira é concebida como laboratório de novas formas de sociabilidade com vistas a "uma outra nação", inseparável da figura do "homem branco". Não por acaso, as elaborações do geógrafo sobre os contextos acessados em campo assumem mais decisivamente os termos da ciência e do planejamento. A dimensão de laboratório, portanto, vinculava-se decisivamente aos projetos de colonização dirigida. De acordo com Monbeig, estes seriam pautados por "inquéritos minuciosos" e "observações científicas" e, como "atribuições do Estado", deveriam "agir de maneira a que esses colonos se transformem em elementos ativos da comunidade nacional e possam finalmente comprar e vender" (ibidem, p. 125).[5]

> É evidente que uma tal política não se coadunava com uma liberdade absoluta de colonização interior nem tão pouco com uma colonização que não se baseie em observações científicas. Dizemos observações científicas sim, isto é, conhecimento exato do meio físico e biológico onde os imigrantes devem aclimatar-se, uma noção perfeita dos costumes, da psicologia desses indivíduos, provenientes de todos os cantos do mundo, finalmente uma documentação econômica, a mais completa possível, a fim de orientar as culturas agrícolas segundo as particularidades e necessidades dos mercados regionais e mundiais. Em suma, pondo-se de lado o que há de esquemático e deformante na fórmula, o que é preciso é povoar, não com um tipo heróico, bandeirante, mas com um tipo científico "pioneering modern style", como dizem os geógrafos norte-americanos. *Nada, portanto de liberdade absoluta de colonização*. (ibidem, p. 126, grifo nosso).

O tema da colonização foi também o que trouxe Leo Waibel ao Brasil. A convite do Conselho Nacional de Geografia (CNG), o geógrafo desenvolveu estudos sistemáticos sobre

[4] "A zona pioneira do Estado de São Paulo é por mais de um título um laboratório; ahí se vê esboçar uma paisagem rural e nascer uma economia agrária até então desconhecida no Brasil; novas formas de comunidade rural vão aparecer na região de fazendas imensas, ao mesmo tempo que se desenvolve uma outra nação." (Monbeig, 1940, p. 55).

[5] Cabe esclarecer que colonização assume aqui o sentido genérico de expansão do ecúmeno, aparecendo como sinônimo de povoamento. Em Monbeig (1940), trata-se do movimento orientado à "valorização das zonas novas", em oposição às áreas de ocupação consolidada, por vezes tidas como degradadas e formadas sob o escravismo colonial. Décadas mais tarde, o emprego indiscriminado da noção de colonização na Geografia foi criticado por Petrone (1973, p. 50) como "imprecisão terminológica e conceitual", abdicando de sua determinação histórica.

as zonas pioneiras entre 1946 e 1950. Anteriormente, Waibel integrou as *geographical surveys* conduzidas por Isaiah Bowman e endereçadas aos países da América Central e do Caribe (cf. Smith, 2003).

Em consonância ao tensionamento de Monbeig com as monografias regionais, Waibel (1958) questiona a validade dos conceitos "desenvolvidos na zona temperada", apontando para o desenvolvimento de uma "geografia tropical" adequada às ex-colônias. De acordo com o geógrafo, o Brasil integrava "a última reserva de terras virgens no mundo ocidental", de modo que "aproveitar êste país com seus extensos espaços desabitados, torna-se não sòmente um problema brasileiro de primeira magnitude, mas diretamente um problema mundial" (ibidem, p. 297).

Decorre daí a distinção operada por Waibel entre as frentes pioneiras e o "sertão", este último entendido como a frente de povoamento que antecipa a fronteira econômica, recorrendo ao duplo caráter da fronteira também empregado por Martins (2009). Sob a influência de Bowman, Waibel enfatiza o "trabalho lento e penoso" de "repovoamento", assumindo como "premissa fundamental uma transformação econômica e espiritual de toda a população do sertão" (Waibel, 1958, p. 291).

Ao dinamismo próprio à franja pioneira, laboratório do "homem branco" (Monbeig, 1940), é contraposto o sertão como *terra nullius*, "nem terra civilizada nem mata virgem", onde "as condições de vida primitiva e sem organização" de caráter transitório assumem "aspecto permanente" (Waibel, 1958, p. 265). A nosso ver, os trabalhos de Waibel são relativamente mais explícitos quanto à influência do pioneirismo de Bowman, sobretudo no que diz respeito à utilidade da Geografia como ciência moderna da colonização (cf. Robic, 2006, p. 43-44). No entanto, a transformação de que fala Waibel vai ao encontro das preocupações de Monbeig informadas pelo "tipo científico" do "*pioneering modern style*" (Monbeig, 1940, p. 125-126).

Em diálogo com a tese de Frederick Turner de 1893 acerca do fechamento da fronteira nos Estados Unidos, Bowman se dedicou a mapear os cinturões pioneiros (*pioneer belts*) globais no início do século XX. O geógrafo conferia a estes o mesmo sentido de válvula de segurança (*safety valve*) ou portão de escape (*gate of* scape) atribuído por Turner ao

movimento dos excedentes populacionais em direção à fronteira americana. Conforme a interpretação de Smith (2003, p. 315), terra, trabalho e capital seriam os três "ingredientes cruciais" para o "experimento de Bowman", aproximando-o do que a Geografia de filiação marxista nomeou como ajuste espacial (Harvey, 2005).[6]

Uma primeira versão da tese de Harvey sobre o ajuste espacial é organizada em torno de uma "moldura comum de questões e hipóteses" em Hegel, von Thünen e Marx. Segundo o autor, esta é desdobrada da questão deixada em aberto por Hegel acerca do "papel da expansão geográfica e da dominação territorial, do colonialismo e do imperialismo, na estabilização do capitalismo" (ibidem, p. 98). A expansão geográfica é vislumbrada como solução externa para as contradições internas à chamada sociedade civil, apresentadas em Hegel como desdobramento da convivência entre a "concentração de riqueza em poucas mãos" e a "criação de uma turba de pobres" (ibidem, p. 100).

Para Harvey, é certo que von Thünen pretendia responder ao mesmo problema, ainda que este último não fizesse menção à Hegel. De acordo com o autor, contudo, "von Thünen fixa a principal contradição da sociedade civil de modo mais preciso que Hegel" ao reconhecer "no divórcio do trabalhador do seu produto" o fundamento das "condições calamitosas que afligem a situação social europeia", escrevendo às vésperas das revoluções de 1848 (ibidem, p. 103-105).

A principal resposta de von Thünen é desenvolvida na doutrina do "salário fronteiriço", onde Harvey também flagra a "imagem científica" da fronteira como laboratório (ibidem, p. 107). No exercício de von Thünen, a fronteira possibilita a existência de um "salário de equilíbrio", uma vez que tanto "os trabalhadores como os capitalistas têm interesse mútuo no aumento da produção" (ibidem, p. 105). Em que pese a remissão às colônias da América do Norte, o interesse prático de von Thünen estava justamente onde as condições de reprodução

[6] Robic (2006) sugere interpretação semelhante ao recuperar a atuação de Bowman no âmbito da antiga comissão de habitat rural da Union Géographique Internationale (UGI), com destaque ao congresso de 1931 em Paris. Conforme a autora, "os anos 30 abrem-se para os geógrafos com [...] 'problemas' novos", incluindo aquele da "superpopulação" ou "superpovoamento", de modo que "as questões propostas nos congressos abrem-se cada vez mais para a demografia, o futuro das zonas pioneiras e as possibilidades oferecidas à 'colonização branca'" (ibidem, p. 41).

não condizem com as da fronteira "livremente acessível e aberta", limitadas pela propriedade privada da terra.[7]

No capítulo da lei geral da acumulação capitalista, Marx comenta a resposta de von Thünen, criticando-o por sua concepção herdada da economia política de capital como "coisa" (Marx, 1984a, p. 193).[8] Na leitura de Harvey (2005), o que está em jogo é ainda a "dialética interna" da sociedade civil apresentada em Hegel, retomada por Marx no problema da superpopulação relativa:

> Com a grandeza do capital social já em funcionamento e com o grau de seu crescimento, com a expansão da escala de produção e da massa de trabalhadores postos em movimento, [...] expande-se também a escala em que uma maior atração de trabalhadores pelo capital está ligada à maior repulsão dos mesmos, cresce a rapidez da mudança da composição orgânica do capital e de sua forma técnica e aumento o âmbito das esferas da produção que são atingidas ora simultânea ora alternadamente por ela. *Com a acumulação do capital produzida por ela mesma, a população trabalhadora produz, portanto, em volume crescente, os meios de sua própria redundância relativa*. (Marx, 1984a, p. 199-200, grifo nosso).

Com efeito, é no capítulo dedicado à crítica da colonização sistemática de E. G. Wakefield onde Marx acaba por desmanchar a fantasia da fronteira em von Thünen como um "estado paradisíaco" livre da oposição entre capital e trabalho. Ao contrário, a "condição original" nas colônias é o que revela o segredo da metrópole: "o modo capitalista de produção e acumulação e, portanto, a propriedade privada capitalista exigem o aniquilamento da propriedade privada baseada no trabalho próprio, isto é, a expropriação do trabalhador" (ibidem, p. 392). De acordo com Harvey (2005, p. 113), "o capítulo de Marx sobre a colonização parece indicar a impossibilidade de qualquer ajuste espacial permanente" para uma população sobrante, excedente frente às necessidades do capital.[9]

---

[7] Em tais contextos, o salário fronteiriço é calculado a partir da expressão matemática *Öap* em que *a* representa as condições de subsistência e *p* corresponde ao produto do trabalho. Era essa, afinal, a "tarefa principal e sublime da ciência" preconizada por von Thünen: o salário justo ou natural deveria ser encontrado "não por meio da experiência ou do curso da história, mas pela própria razão" (Harvey, 2005, p. 103). Seguindo ainda o argumento de Harvey, a imagem científica da fronteira como "laboratório" e sua tradução em "constructo ideal" é o que permite von Thünen desviar de qualquer "solução imperialista" (ibidem, 107).

[8] A definição de capital em von Thünen corresponde ao conjunto de "ferramentas úteis" que, emprestadas pelos "capitalistas", resultam em ganhos de produtividade do trabalho a serem remunerados pelos "juros". É nesse sentido que Harvey (2005, p. 105-106) atribui à von Thünen uma espécie de proto-marginalismo, localizando sua influência na teoria da produtividade marginal do capital de Alfred Marshall.

[9] Harvey (2005, p. 114-115), por outro lado, não descarta o papel da expansão geográfica nas dinâmicas de reprodução do capital, atribuindo a conclusão de Marx aos limites da apresentação no primeiro volume d'*O capital* no que concerne à teoria da crise.

A "solução externa" propalada pela imagem da fronteira, afinal, pode ser apenas provisória à medida em que é também a expansão das formas de socialização do capital nas colônias: uma "transformação econômica e espiritual" em direção a "novos e mais elevados padrões de vida" (Waibel, 1958, p. 265), formando sujeitos monetários que, como "elementos ativos da comunidade nacional", tornam-se livres para "finalmente comprar e vender" (Monbeig, 1940, p. 125). Nesse mesmo sentido é que Toledo (2019), em diálogo com o problema apresentado por Harvey, propõe interpretar a fronteira como expressão do movimento de autonomização entre terra, trabalho e capital, recuperando os termos de Marx (1984c) no capítulo sobre a fórmula trinitária.

Nos trabalhos dos geógrafos, conforme sugere Martins (2009), o sentido da fronteira como laboratório sintetiza o discurso parcelar da ciência sobre o movimento de expansão territorial do capital. A formação dos mercados de terra e de força de trabalho, bem como o ordenamento jurídico da violência que os envolve (cf. Fujicava, 2013), conformariam momentos do processo de modernização em vias de internalização por um Estado nacional também em formação, desde já definido pelo nível de produtividade dos países ditos desenvolvidos como tentativa de "atualizar" a inserção nacional na concorrência mundial (Kurz, 1993; Schwarz, 1999).

A fronteira urbana e o circuito secundário do capital

Em meados da década de 1950, Silveira Mendes (1958, p. 313) caracterizou a urbanização extensiva de São Paulo a partir das "'frentes pioneiras' da metrópole em marcha", recorrendo à terminologia consagrada por Monbeig. De acordo com o autor, os "bairros pioneiros" além-Pinheiros nasceram moldados como bairros-jardins, em contraste com os novos loteamentos em expansão além-Tietê, àquela altura já classificados pelo geógrafo como "bairros periféricos", antevendo o que Rodrigues e Seabra (1986) sugeriram como um processo de "reprodução ampliada da periferização".

A imagem da fronteira, entretanto, é mais frequentemente mobilizada para tratar dos processos de reestruturação urbana que, na interpretação de Smith (2006), foram alçados como "estratégia urbana global" sob a forma de planos urbanísticos de requalificação, revitalização e

renovação das áreas centrais das cidades. Reabilitando o conceito sociológico de gentrificação cunhado por Ruth Glass, Smith (2007; 1996) confere a este o movimento de uma nova fronteira urbana, marcado por padrões geográficos desiguais de depreciação e apreciação dos terrenos e desinvestimento e reinvestimento no ambiente construído.

O "vínculo entre desenvolvimento econômico e geográfico" (idem, 2007, p. 17), segundo o autor, é ainda o que confere atualidade à imagem da fronteira. A forma predominante da "expansão geográfica absoluta", contudo, cedeu lugar à "diferenciação do espaço geográfico na escala urbana", que cumpre o papel de "reservar uma pequena parte do substrato geográfico para um futuro período de expansão" (ibidem, p. 18).

Como promessa de uma expansão econômica futura, a fronteira urbana em Smith vincula-se à interpretação da "acumulação de capital" como "um processo cíclico formado por períodos de expansão e períodos de crise" (ibidem, p. 26). De acordo com o autor, tal caráter cíclico é manifestação do nexo interno entre as crises e o próprio movimento de expansão do capital, remetendo-se brevemente às considerações de Marx (1984b) acerca da queda tendencial da taxa de lucro. Mais decisivas à interpretação dos processos de reestruturação urbana, no entanto, são as elaborações de Harvey (2013; 1985) em torno do papel desempenhado pelo ambiente construído como meio de adiar ou solucionar temporariamente as crises por meio da absorção do capital excedente (cf. Smith, 2007, p. 26; 1996, p. 86).

Em Harvey (2013, p. 236), o ambiente construído "aparece como um presente dos deuses para a absorção do capital excedente e sobreacumulado", conformando o que o autor nomeia de circuito secundário do capital.[10] A capacidade de absorção de capital excedente pelo ambiente construído, entretanto, é duplamente limitada: implica em "um consumo produtivo aumentado que, a longo prazo, gera ainda mais capital a ser absorvido" ou, no caso do fundo público, em "uma expansão das receitas futuras" (ibidem, p. 236-237). A aparência é complexificada ainda pela dimensão financeira uma vez que, na busca pelos maiores rendimentos, o capital monetário excedente que tenderia a ser absorvido pelo circuito

[10] Tratando do circuito secundário do capital, Harvey (1985, p. 81-82) reconhece a influência de Henri Lefebvre e sua hipótese acerca da centralidade do "imobiliário" nas dinâmicas contemporâneas de reprodução do capital. Conforme apresentado por Lefebvre (2016) em texto de 1972, o "imobiliário" integraria uma espécie de arranjo contratendencial em relação ao aumento da composição orgânica do capital e queda da taxa de lucro. A esse respeito, cf. Godinho, Boligian e Vasconcellos (2024).

secundário não faz qualquer distinção entre investimentos produtivos e improdutivos (Harvey, 1985, p. 64).

Nessa perspectiva, a fronteira urbana corresponderia ao movimento cíclico de absorção e realocação dos excedentes de capital no ambiente construído. Outra vez, a imagem da fronteira assume a qualidade de ajuste ou momento resolutivo das crises. Em uma inversão da acepção neoclássica, a teoria do desenvolvimento geográfico desigual de Harvey (2013) atribui às crises o sentido de um equilíbrio acidental. Conforme o autor, "as crises aparecem como o único meio efetivo de uma oposição ao desequilíbrio, para restaurar o equilíbrio entre a produção e o consumo", tendo como face negativa "a desvalorização, a depreciação e a destruição do capital" (ibidem, p. 182). Com recurso à chamada nova leitura de Marx (*Neue Marx-Lektüre*) na versão mais recente de Michael Heinrich, Harvey (2019, p. 18) reafirma a interpretação das crises "não como um sinal da dissolução iminente do capitalismo, mas como fases da reconstrução e renovação capitalista".

Com a crescente incorporação da noção de ajuste ao jargão marxista, também emprestada da economia neoclássica, Kurz (2014) denota certa tendência à conformação teórica da crise em um conceito funcional e positivo, aparecendo como suposto momento de auto-regulação do capital. Conforme o autor, trata-se de encerrar a crise como um "problema da realização", limitado à "contradição superficial nas metamorfoses da mais-valia" (ibidem, p. 227). Torna-se assim irrelevante "se agora a crise se apresenta, como na economia política, como o resultado de intervenções 'exteriores à economia' ou, como nos marxistas, como contradição imanente à própria economia", uma vez que, "num caso e no outro, apenas pode servir para revitalizar a valorização do capital" (ibidem, p. 232).

De acordo com Kurz, as teorizações acerca de um ajuste de crise pressupõem a acumulação de capital como "um mero sobe-e-desce aleatório ou um encadeamento a-histórico de movimentos de acumulação sem qualquer nexo", ou ainda que o capital excedente e sobreacumulado seja somente "algo que vai além de uma margem de acumulação efetivamente dada" (ibidem, p 232). Se a crise não é mais do que o resultado da desproporção entre o excedente produzido e as condições de sua realização, parece razoável buscar pelos veículos

privilegiados para sua absorção, como nas elaborações dos geógrafos acerca do ambiente construído como circuito secundário do capital.

O problema apontado por Kurz, nesse sentido, se refere ao distanciamento das interpretações da crise da contradição fundamental entre valorização do valor e desenvolvimento material das forças produtivas, apontada por Marx (1984a) no capítulo sobre a lei geral da acumulação capitalista mas que atravessa os três volumes d'*O capital* e seus estudos preparatórios.[11] Trata-se ainda do duplo movimento inerente ao processo de acumulação: o incremento absoluto da força de trabalho se dá de modo simultâneo à sua "repulsão" e "redundância relativa" frente ao aumento da produtividade do trabalho, resultado dos imperativos da concorrência sobre os capitais individuais (ibidem, p. 200). O problema reaparece e ganha novos contornos com a chamada lei da queda tendencial da taxa de lucro (Marx, 1984b).[12] Grosso modo, trata-se da forma de manifestação peculiar do desenvolvimento das forças produtivas e aumento da composição orgânica do capital pela redução da fração de capital variável em relação àquela de capital constante, substituindo trabalho vivo em detrimento do trabalho morto. [13]

Como produção de uma superpopulação relativa ou como tendência à queda da taxa de lucro, o aumento da composição orgânica do capital e a expulsão do trabalho vivo do processo produtivo podem ser entendidos enquanto desdobramentos lógicos da reprodução do capital. No argumento de Kurz (2014), entretanto, a contradição fundamental demarcada por Marx deve ser apreendida também historicamente, identificando-a na chamada terceira revolução industrial ou, mais precisamente, no grau de desenvolvimento das forças produtivas

[11] Nos referimos aqui às passagens sobre a maquinaria nos *Grundrisse* (1857-1858). Em especial, à definição do capital como "contradição em processo" que anuncia uma primeira elaboração acerca do problema da superfluidade do trabalho (cf. Marx, 2011, p. 942-943).

[12] Sobre o estatuto de lei conferido por Marx (1984b), cf. as considerações de Kurz (2014) e Heinrich (2012), bem como as repercussões deste último em Harvey (2019).

[13] "A tendência progressiva da taxa geral de lucro a cair é, portanto, apenas uma expressão peculiar ao modo de produção capitalista para o desenvolvimento progressivo da força produtiva social de trabalho. [...] Como a massa de trabalho vivo empregado diminui sempre em relação à massa de trabalho objetivado, [...] assim também a parte desse trabalho vivo que não é paga e que se objetiva em mais-valia tem de estar numa proporção sempre decrescente em relação ao volume de valor do capital global empregado. Essa relação da massa de mais-valia com o valor do capital global empregado constitui, porém, a taxa de lucro, que precisa, por isso, cair continuamente." (Marx, 1984b, p. 164).

posto pela introdução da microeletrônica e pela difusão da automação a partir da década de 1970, interrompendo o período de expansão fordista.[14]

Ao contrário da teoria da sobreacumulação em que a capacidade de valorização e o consumo produtivo da força de trabalho são tomadas como pressupostos, o que está em jogo é um padrão inédito de produtividade que se traduz como dispensa absoluta de trabalho vivo do processo de produção imediato e, com isso, cerceia o tempo de trabalho como única fonte de valor, conformando o que Kurz (2014) conceituou como "dessubstancialização" do capital. Tal interpretação confere também novas determinações ao sistema de crédito e à categoria marxiana de capital fictício (Marx, 1984c) que, de outro modo, tendem a ser interpretados como ajustes no plano da realização dos excedentes de capital (cf. Harvey, 2013, p. 267-269).[15]

Diante do aumento da composição orgânica e intensidade do capital, a rentabilidade declinante dos setores produtivos move a concorrência dos capitais individuais em busca de crédito entre si e, ao mesmo tempo, com os mercados de capitais e arquiteturas momentâneas de bolhas financeiras. Não por acaso autores como Chesnais (2016, p. 247-249) enfatizam a posição conquistada pelo imobiliário entre os chamados investimentos alternativos, figurando ao lado dos mercados de contratos futuros de *commodities*, *private equity* e *hedge funds*.

Extraterritorialidade e a reposição da acumulação primitiva

A interpretação da fronteira como ajuste de crise conduz também a elaborações como a de Robira (2005) acerca dos "territórios-reserva", conferindo à fronteira um sentido novo de "colonização". Conforme a autora, "territórios metropolitanos" preservam "no seu interior territórios 'não-capitalistas'" que, por sua vez, desempenham a "função de resolver de maneira eficaz as sucessivas crises de expansão/acumulação do próprio sistema territorial metropolitano" (ibidem, p. 10). Tratam-se de "territórios adormecidos", "subprodutos do

[14] "Manifestou-se algo que desde sempre tinha sido concebível em termos lógicos, a saber, o aumento da força produtiva a uma tal escala que a transição para a produção em massa, nos produtos novos, já não requer uma quantidade suficiente de força de trabalho adicional para ser capaz de compensar a diminuição do dispêndio de trabalho por mercadoria." (Kurz, 2014, p. 277).

[15] Conforme pretendemos demonstrar (Godinho, 2025), o capital fictício e o prolongamento das cadeias de crédito são determinantes em processos de reestruturação urbana que, sob regimes de concessão e formas de contratualização público-privada, passam a ser fidelizados pelo Estado e alavancados por instrumentos de securitização com vistas ao mercado secundário de títulos de dívidas.

processo de acumulação territorial" e, ao mesmo tempo, "espaços a transformar nas sucessivas operações urbanísticas de ajuste do espaço urbano às necessidades do capital" (ibidem, p. 10).

A autora assume como ponto de partida o "novo imperialismo" de Harvey, reconhecendo-o como tentativa bem-sucedida de reposicionar o problema da expansão geográfica nos termos atribuídos à Rosa Luxemburgo, a saber, de que as contradições internas à reprodução capitalista movem uma busca constante por "soluções externas" (Harvey, 2004, p. 118).[16] Tais soluções recorrem tanto a um "exterior preexistente", recuperando a imagem de "formações sociais não-capitalistas ou algum setor do capitalismo que ainda não tenha sido proletarizado", como podem "produzi-lo ativamente" por meio de "processos muitas vezes violentos de espoliação" (ibidem, p. 118), enfatizando nestes o papel ativo do Estado (ibidem, p. 121-126). Nessa perspectiva, trata-se do próprio "caráter dual" da acumulação do capital, uma vez que "os dois aspectos, o da reprodução expandida e o da acumulação por espoliação, se acham organicamente ligados, entrelaçados dialeticamente" (ibidem, p. 144).

A tese de Harvey é de que, a partir da década de 1970, esse "exterior" ativamente produzido por expedientes de espoliação se apresenta cada vez mais como uma das formas de "compensação" frente aos "problemas crônicos de sobreacumulação", passando de uma "condição clandestina" à forma de acumulação dominante (ibidem, p. 127-129). A escala do "novo imperialismo", desse modo, está atrelada ao choque do petróleo de 1973, ao fim da conversibilidade do dólar em ouro, às crises fiscais e à estagflação pós-keynesiana, seguidas pelas chamadas revolução neoliberal e desregulamentação financeira. "O resultado", segundo Harvey, "é a criação periódica de um estoque de ativos desvalorizados, e em muitos casos subvalorizados, em alguma parte do mundo, estoque que pode receber um uso lucrativo da parte de excedentes de capital a que faltam oportunidades em outros lugares" (ibidem, p. 125).

Em diálogo com as elaborações de Harvey, Robira propõe "qualificar os contextos urbanos como territórios colonizados", uma vez que

[16] Robira (2005) não recupera as elaborações de Luxemburgo, embora confira a estas uma posição central em sua hipótese dos territórios-reserva. A nosso ver, a autora se aproxima mais decisivamente da ideia de uma reposição constante e ilimitada da acumulação primitiva, conforme suscitado pelo conceito de "acumulação por espoliação" – ou despossessão, a depender da tradução acessada – proposto por Harvey (2004). Para uma diferenciação da teoria da crise em Harvey da interpretação subconsumista defendida por Luxemburgo, cf. Harvey (2004, p. 116-120).

> toda cidade em seu processo de expansão ou de colonização do território [...] impõe uma subordinação urbana ao seu entorno e, em consequência, independentemente de seu tamanho, organiza o processo de metropolização do território, no qual fundamentalmente se acumulam espaços deficitários, social e urbanisticamente, que logo aglutinam como reservas urbanas ou "territórios-reserva". (Robira, 2005, p. 15-16).

O que a autora entende por "metropolização" efetiva-se como um "processo de acumulação primitiva produzindo enormes déficits urbanísticos e diferenças sociais profundas que, como reservas de solo urbano e força de trabalho, alimentam depois [...] o processo de acumulação na metrópole" (ibidem, p. 14). Como mobilização de "territórios-reservas", o sentido da fronteira permanece associado a uma suposta capacidade de dissolver ou ao menos amenizar o movimento contraditório de reprodução ampliada do capital, embora seja ele mesmo produzido por tal dinâmica como externalidade ou extraterritorialidade.

Nos aproximamos aqui do que Scholz (2019) nomeou como "teorema da colonização", localizando-o como "modelo transhistórico de interpretação" que, endereçado a processos contemporâneos, acaba frequentemente positivado como uma espécie de mecanismo de "auto-salvação do capitalismo" (ibidem, p. 127).[17] Nessa perspectiva, admite-se que "as colonizações capitalistas na verdade são ilimitadas, ou que o capitalismo cria para si um exterior incessantemente, seja na forma de regiões devastadas ou também na forma de força de trabalho inexplorada" (ibidem, p. 123), conforme a tese explicitada por Harvey (2004).[18] De modo geral, o recurso argumentativo às teorias da regulação e das chamadas ondas longas, bem como o estabelecimento da década de 1970 como marco histórico da emergência de um novo "regime de acumulação" predominantemente financeiro tornaram-se elementos comuns ao debate (Scholz, 2019, p. 124-125).

O mesmo repertório parece operar nas considerações de Graham (2016) acerca de um "novo urbanismo militar", noção empregada para caracterizar o desenvolvimento material das

[17] Scholz (2019, p. 123) elege Harvey ao posto de "decano" do teorema da colonização. Demarcando a tradição androcêntrica do marxismo, contudo, a autora defende que "as pioneiras nas novas abordagens da colonização nas últimas décadas na esquerda foram de fato feministas", ainda que em tais abordagens "a oposição de classes continue a ser sempre o fator verdadeiramente decisivo" (ibidem, p. 123-124). Com efeito, a crítica de Scholz é endereçada sobretudo ao feminismo de corte operaísta de Federici (1990) e suas considerações sobre os "novos cercamentos".

[18] "[...] o capitalismo pode usar seus poderes de mudança tecnológica e investimento para induzir ao desemprego [...], criando assim, diretamente, um exército industrial de reserva de trabalhadores desempregados. [...] Ora, em todos esses casos, o capitalismo requer efetivamente algo 'fora de si mesmo' para acumular, mas neste último ele expulsa de fato trabalhadores do sistema num dado ponto do tempo a fim de tê-los à mão para propósitos de acumulação num período posterior do tempo." (Harvey, 2004, p. 118).

forças destrutivas empregadas nas guerras urbanas, a crescente indistinção entre "civil" e "militar" ao nível da vida cotidiana e o salto de produtividade do trabalho expresso nos mercados de segurança de alta tecnologia. O "teorema da colonização" (Scholz, 2019), no entanto, é também o que explicaria o papel da "rede de cidades globais" na concepção de "novas lógicas de desapropriação e aquisição colonial agressiva pelo capital multinacional" (Graham, 2016, p. 38). De acordo com o geógrafo, estamos diante do "ressurgimento de um militarismo agressivo, colonial, voltado para a apropriação violenta de terras e de recursos no Sul", admitido enquanto uma das faces do "novo imperialismo" (ibidem, p. 45).

Graham retoma também os argumentos de Foucault (2010) sobre um *effet de retour* colonial ao tratar das "técnicas e tecnologias de repressão e guerra colonial urbana [que] fazem um percurso de mão dupla entre fronteiras coloniais e centros metropolitanos europeus" (Graham, 2016, p. 61).[19] No século XIX, o "efeito bumerangue" pode ser atribuído à relação entre a ocupação colonial e as reformas urbanas na metrópole. Desse modo, Haussmann teria encontrado inspiração para os *boulevards* nos manuais de guerra urbana de Thomas Robert Bugeaud, escritos a partir da experiência de ocupação da Argélia durante a década de 1840 (ibidem, p. 61-62). Nas últimas décadas, são as tecnologias de guerra empregadas nas cidades do Iraque que se voltam às chamadas cidades globais com vistas à conformação de uma "urbanidade controlada" por meio da "remoção, demonização ou encarceramento de consumidores fracassados" (ibidem, p. 171).

Em que pese o vasto conjunto de materiais empíricos analisados, a conclusão de Graham não parece nova: o novo urbanismo militar seria responsável por "sustentar a acumulação de capital" a medida em que

> faz uso dos poderes do Estado para reconfigurar violentamente ou apagar o espaço urbano, como um meio de aliviar supostas ameaças, de abrir espaço para exigências da formação da cidade global, da produção neoliberal ou da criação de uma tabula rasa urbana capaz de gerar bolhas extremamente lucrativas de especulação imobiliária. Para justificar ataques tão violentos, muitas vezes contra um inimigo urbano, racial ou de classe (demonizado e ficcionalizado), ele recorre com regularidade a invocações de exceção e emergência. [...] Dessa forma, estados de emergência sustentam geografias mais amplas de acumulação por espoliação,

[19] "Não se deve esquecer a colonização, com suas técnicas e suas armas políticas e jurídicas, transportou [...] modelos europeus para outros continentes, mas que ela também teve numerosas repercussões sobre os mecanismos de poder no Ocidente, sobre os aparelhos, instituições e técnicas de poder. Houve toda uma série de modelos coloniais que foram trazidos para o Ocidente e que fez com que o Ocidente pudesse praticar também em si mesmo algo como uma colonização, um colonialismo interno." (Foucault, 2010, p. 86).

> que, apesar de serem tão antigas quanto o colonialismo, provam ser especialmente úteis para a globalização neoliberal. (ibidem, p. 149-150).

De acordo com o autor, "o conflito militar imperial que abastece a acumulação de capital por meio do sistema urbano global se baseia cada vez mais em novas formas de 'acumulação primitiva'" que, próprias ao "presente colonial", "dependem de altos índices de retorno (em especial para o complexo petroquímico), estimulados por guerras por recursos e petróleo" (ibidem, p. 154). Não surpreende que a crítica ao imperialismo hipermilitarizado de Graham resulte no apelo por "uma concepção ressurgente de política de Estado keynesiana, organizada por meio de escalas múltiplas de intervenção para ficar à altura dos contextos de globalização em aceleração" (ibidem, p. 463), apontando como horizonte "um controle de Estado renovado do sistema financeiro mundial" (ibidem, p. 474).

Retomando a crítica de Scholz (2019, p. 136), o que o "teorema da colonização" perde de vista é justamente o problema da "superfluidade objetiva" do trabalho na teoria da crise de Marx, reduzindo-o ao âmbito da regulação ou da falta desta à medida em que toma a "colonização" como "princípio que ainda produz efeitos em termos de teoria da acumulação".[20] De acordo com a autora, não se trata de recusar que "a história colonial desdobra-se no presente, determinando-o", mas "é precisamente por essa razão que as mudanças qualitativas recentes observadas à escala mundial já não podem ser compreendidas à luz de uma teoria da colonização, na medida em que esta última parte das relações pregressas existentes nas antigas colônias" (ibidem, p. 142).

Se tomamos em consideração o aumento da composição orgânica e a ficcionalização do capital, cabe indagar sobre as condições atuais de incorporação da força de trabalho excedente "liberada" por expedientes diversos de expropriação, expulsão e espoliação, como quer Harvey (2004), entremeada a um "estoque de ativos" desvalorizados e subvalorizados. Desse modo, fenômenos contemporâneos frequentemente interpretados sob o quadro da

[20] "[...] desta forma lhe escapa o caráter fetichista da crise mundial, em que a opção pelo rebaixamento dos salários é apenas um momento transitório em direção à superfluidade [...]. A superfluidade objetiva é a verdadeira categoria, aquela que é decisiva, e não simplesmente a precariedade, que é o mero sentimento disso e que parece ser o verdadeiro em termos subjetivos, exigindo a manutenção incondicional de uma atividade profissional qualquer, nem que seja na forma de um empresariado de si próprio pós-moderno numa sociedade do trabalho concebida como ontológica." (Scholz, 2019, p. 137).

acumulação por espoliação ou de uma colonização de nova sorte relacionam-se decisivamente com a crise, embora não desempenhem qualquer papel compensatório.

Também evocado pela imagem da fronteira, o recurso crescente à violência extraordinária e sua legitimação como excepcionalidade em relação ordenamento jurídico não correspondem a uma "solução externa" (cf. Godinho, 2025). Ao contrário da "turba de pobres" que preocupava Hegel (Harvey, 2005), contingentes cada vez mais amplos da população tornados supérfluos frente às necessidades do capital não encontram mais destino; o que não ocorre a despeito e, em certa medida, exacerba hierarquias de raça e disparidades de gênero enquanto dimensões co-constitutivas da moderna socialização pelo trabalho (Scholz, 2019). As formas de sua administração por meio da guerra permanente, dos centros de detenção e campos de refugiados, do encarceramento em massa ou das tecnologias de vigilância biométrica e policiamento preditivo foram consagradas parte da dimensão sacrifical da reprodução do capital em crise (Kurz, 2014).

Considerações finais

Mobilizados a partir do conceito de fronteira, os três recortes interpretativos foram recuperados tomando a obra de David Harvey como eixo de referência privilegiado da interlocução entre Geografia e marxismo nas últimas décadas, com destaque ao tema da crise. Em cada um desses, pretendemos demonstrar os modos pelos quais a fronteira é operada conceitualmente como ajuste ou solução temporária das crises, capaz de restaurar as condições de reprodução do capital — razão pela qual o geógrafo parece não abdicar completamente da concepção de equilíbrio emprestada da economia neoclássica.

Trata-se de uma mesma interpretação predominante da teoria da crise em Marx que, embora recupere embates decisivos travados no âmbito do marxismo ao longo do século XX, passa ao largo da contradição fundamental entre o desenvolvimento material das forças produtivas e o processo de valorização do valor a medida em que este último é tomado como pressuposto pelo problema da realização dos excedentes de capital sobreacumulado. Nossa argumentação enfatiza a necessidade de questionar tal predominância relativa na Geografia e enfrentar as dissonâncias em torno da interpretação da teoria da crise em Marx, de modo que a

superfluidade do trabalho posta pelo desenvolvimento inédito das forças produtivas e a correspondente ficcionalização do capital que decorre da expulsão do trabalho vivo nos processos produtivos sejam tomados como problemas próprios à chamada geografia histórica do capitalismo.

Referências

CHESNAIS, François. **Finance capital today: corporations and banks in the lasting global slump**. Boston: Brill Academic Pub, 2016. DOI: https://doi.org/10.1163/9789004255487.

DEMANGEON, Albert. Pionniers et fronts de colonisation. **Annales de Géographie**, v. 41, n. 234, p. 631-636, 1932. DOI: https://doi.org/10.3406/geo.1932.10705.

FEDERICI, Silvia. The debt crisis, Africa and the new enclosures. **Midnight Notes**, n. 10, p. 10-18, 1990.

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975-1976)**. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

FUJICAVA, Renato. **Geografia do extermínio e povoamento do norte do Paraná:** a violência necessária na franja pioneira paulista (1930-1960). Dissertação (Mestrado em Geografia Humana), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

GODINHO, Ariel Machado. **Política habitacional e renovação urbana sob novas formas de contratualização público-privada:** a incidência da PPP Habitacional SP Lote 1 S/A e a região da Luz como "nova" fronteira urbana. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2025.

GODINHO, Ariel Machado; BOLIGIAN, Artur; VASCONCELLOS, Rachel Pacheco. Reflexões sobre a teoria da crise na crítica da economia política do espaço. In: SILVA, M. R.; OLIVEIRA, M. P.; MARTINS, F. E. S. (org.). **Urbanização contemporânea e limites da reprodução social: crise e crítica**. Rio de Janeiro: Mórula/FAPERJ, p. 49-74, 2024.

GRAHAM, Stephen. **Cidades sitiadas: o novo urbanismo militar**. São Paulo: Boitempo, 2016.

HARVEY, David. O ajuste espacial: Hegel, Von Thünen e Marx. In: HARVEY, D. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, p. 95-126, 2005.

HARVEY, David. **O novo imperialismo**. São Paulo: Loyola, 2004

HARVEY, David. **Os limites do capital**. São Paulo: Boitempo, 2013.

HARVEY, David. **The urbanization of capital**. Oxford: Basil Blackwell, 1985

HARVEY, David. Teoria da crise e a queda da taxa de lucro. **Geografares**, n. 28, p. 15-35, 2019. DOI: https://doi.org/10.7147/GEO28.24381.

HEINRICH, Michael. **An introduction to the three volumes of Karl Marx's Capital**. Nova York: Monthly Review Press, 2012.

KURZ, Robert. **Dinheiro sem valor: linhas gerais para uma transformação da crítica da economia política**. Lisboa: Antígona, 2014.

KURZ, Robert. **O colapso da modernização: da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

LEFEBVRE, Henri. As instituições da sociedade "pós-tecnológica". In: LEFEBVRE, H. **Espaço e política: o direito à cidade II**. Belo Horizonte: Editora UFMG, p. 106-145, 2016.

MARTINS, José de Souza. **Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano**. 2a edição. São Paulo: Contexto, 2009.

MARX, Karl. **Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858**. São Paulo: Boitempo, 2011.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**. Livro Primeiro, Tomo II. São Paulo: Abril Cultural, 1984a.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**. Livro Terceiro, Tomo I. São Paulo: Abril Cultural, 1984b.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**. Livro Terceiro, Tomo II. São Paulo: Abril Cultural, 1984c.

MENDES, Ricardo da Silveira. Os bairros da Zona Sul e os bairros ocidentais. In: AZEVEDO, A. (org.). **A cidade de São Paulo: estudos de geografia urbana**. Volume 3. São Paulo: Companhia Editora Nacional, p. 257-364, 1958.

MONBEIG, Pierre. **Ensaios de geografia humana brasileira**. São Paulo: Livraria Martins, 1940.

MONBEIG, Pierre. **Pioneiros e fazendeiros em São Paulo**. São Paulo: Hucitec, 1984.

MOREIRA, Ruy. Assim se passaram dez anos: a renovação da Geografia no Brasil no período 1978-1988. **GEOgraphia**, v. 2, n. 3, p. 27-49, 2000. DOI: https://doi.org/10.22409/GEOgraphia2000.v2i3.a13373.

NOGUEIRA, Carlo Eugênio. **O lugar da fronteira na geografia de Pierre Monbeig**. Tese (Doutorado em Geografia Humana), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

PEET, Richard. The development of radical geography in the United States. **Progress in Human Geography**, 1 (2), p. 240-263, 1977. DOI: https://doi.org/10.1177/030913257700100203.

PETRONE, Pasquale. Simpósio Perspectivas da colonização no Brasil. **Anais da Associação dos Geógrafos Brasileiros**, v. 18, p. 49-59, 1973.

ROBIC, Marie-Claire. A crise dos anos 1930 e a emergência de novos temas na geografia. In: SALGUEIRO, H. A. (org.). **Pierre Monbeig e a Geografia Humana brasileira: a dinâmica da transformação**. Bauru: EDUSC, p. 37-56, 2006.

ROBIRA, Rosa Tello. Áreas metropolitanas: espaços colonizados. In: CARLOS, A.; CARRERAS, C. (org.). **Urbanização e mundialização: estudos sobre a metrópole**. São Paulo: Contexto, p. 09-20, 2005.

RODRIGUES, Arlete Moysés; SEABRA, Manoel. Habitação e espaço social na cidade de São Paulo. **Boletim Paulista de Geografia**, 64, p. 19-58, 1986.

SANTOS, Milton (org.). **Novos rumos da Geografia brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1981.

SCHOLZ, Roswitha. Cristóvão Colombo Forever? - Para a crítica das atuais teorias da colonização no contexto do "colapso da modernização". **Geografares**, n. 28, p. 116-169, 2019. DOI: https://doi.org/10.7147/GEO28.24390.

SCHWARZ, Roberto. Fim de século. In: SCHWARZ, R. **Sequências brasileiras: ensaios**. São Paulo: Companhia das Letras, p. 155-162, 1999.

SEABRA, Manoel Fernando Gonçalves. Crise econômico-social no Brasil e o limite do espaço. In: SANTOS, M. (org.). **Novos rumos da Geografia brasileira**. São Paulo: Hucitec, p. 166-180, 1981.

SILVA, Armando Correa da. A renovação geográfica no Brasil 1976/1983 (As geografias críticas e radical em uma perspectiva teórica). **Boletim Paulista de Geografia**, 60, p. 73-140, 1984.

SMITH, Neil. A gentrificação generalizada: de uma anomalia local à "regeneração" urbana como estratégia urbana global. In: BIDOU-ZACHARIASEN, C. (org.). **De volta à cidade: dos processos de gentrificação às políticas de "revitalização" dos centros urbanos**. São Paulo: Annablume, p. 25-39, 2006.

SMITH, Neil. **American empire: Roosevelt's geographer and the prelude to globalization**. Berkeley: University of California Press, 2004.

SMITH, Neil. Gentrificação, a fronteira e a reestruturação do espaço urbano. **GEOUSP**, n. 21, p. 15-31, 2007. DOI: https://doi.org/10.11606/issn.2179-0892.geousp.2007.74046.

SMITH, Neil. **The new urban frontier: gentrification and the revanchist city**. Nova York: Routledge, 1996.

SOJA, Edward W. **Geografias pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica**. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.

THERY, Hervé. Les franges pionnières: un complexe géographique. In: THERY, H.; DROULERS, M. (orgs.). **Pierre Monbeig: un géographe pionnier**. Paris: IHEAL, p. 81-94, 1991. DOI: https://doi.org/10.4000/books.iheal.1509.

TOLEDO, Carlos de Almeida. A fronteira da territorialização do capital. In: CARLOS, A. F. A.; CRUZ, R. C. A. **A necessidade da Geografia**. São Paulo: Contexto, p. 79-92, 2019.

WAIBEL, Leo. **Capítulos de geografia tropical e do Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE/CNG, 1958.

Como citar este artigo:

GODINHO, Ariel Machado. Geografia e teoria da crise em três recortes sobre o conceito de fronteira. **Boletim Paulista de Geografia (BPG)**, São Paulo SP. v. 116, p. 528-552. 2026. DOI: https://doi.org/10.61636/skyhnc18

Recebido em 07 de dezembro de 2025

Aceito em 25 de agosto de 2026

Sobre o(a) autor(a): Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana da Universidade de São Paulo. Mestre em Geografia Humana (2025) e bacharel em Geografia (2020) pela mesma instituição. Pesquisador visitante na Université Lumière Lyon 2 (2026-2027) e na City University of New York (2023). Desde 2018 integra o grupo de pesquisa Geografia urbana: a vida cotidiana e o urbano, vinculado ao Laboratório de Geografia Urbana da Universidade de São Paulo.

Financiamento: O presente trabalho foi realizado com apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), Brasil. Processos nº 2021/02287-1 e nº 2022/13105-4.

Editoração:

Thell Rodrigues

Igor Carlos Feitosa Alencar